

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

1995

UNIVERSIDADE DO MINHO



FEVEREIRO DE 1996

UNIVERSIDADE DO MINHO

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES
1995

Relatório apresentado pelo Reitor da
Universidade do Minho em Sessão
Solene Comemorativa do Dia da
Universidade

Fevereiro de 1996

NOTA DE ABERTURA

A primeira nota que ressalta de uma retrospectiva da vida da Universidade do Minho é a de um ano de contrastes entre o que de menos bom e de melhor se passou. Efectivamente, se por um lado se viveram momentos de grande perturbação e tensão com a greve dos docentes, registaram-se igualmente avanços fundamentais em questões estruturantes para a Universidade que se arrastavam desde há muito sem solução.

Começando pela situação da greve vivida, que perturbou a época de exames de Julho e registou uma mobilização do corpo docente pouco habitual, a actuação dos órgãos da Universidade, em termos de acompanhamento da situação e reprogramação de calendários, permitiu que todas as actividades de avaliação se realizassem sem prejuízos significativos para os estudantes, implicando um atraso no início do novo ano escolar de apenas duas semanas. A forma como decorreu o processo, com escrupuloso respeito pelo direito de greve mas sem conlulos institucionais que, a existirem, significariam um inaceitável desrespeito pelos direitos dos estudantes — os da própria Universidade e os que nela ainda não haviam entrado —, criou tensões internas porventura desproporcionadas mas demonstrou a maturidade da Universidade e contribuiu para uma projecção acrescida da sua imagem.

Apesar dos problemas sentidos, o ano de 1995 foi globalmente positivo para a Universidade do Minho. Registou-se, uma vez mais, uma

grande expansão, como se demonstra nos mapas e gráficos anexos, conseguindo-se concomitantemente melhorias nas condições de funcionamento em ambos os *Campus*, fruto dos investimentos em edifícios e equipamentos e, sobretudo, no recrutamento e formação de pessoal. Salientam-se, no que se refere à estabilidade dos corpos de pessoal docente e não docente, três factos da maior relevância:

- a actualização do quadro de professores, com uma ampliação de 92% no número de lugares, e o correspondente modelo de afectação de vagas por Escolas baseado em critérios objectivos consensualmente aceites;
- a aprovação do quadro de pessoal não docente, substituindo o actual quadro provisório, dando corpo a uma antiga aspiração da Universidade;
- a homologação da alteração aos Estatutos da Universidade, que permite por em prática uma deliberação tomada pela Assembleia da Universidade em 1994 onde se estabelece a estrutura orgânica dos Serviços, na sequência da qual se poderão prover os lugares de chefia criados pelo novo quadro.

A dimensão da Universidade do Minho e o elevado número e diversidade de actividades desenvolvidas nos seus vários níveis de intervenção não são já compatíveis com um relatório de actividades único e exaustivo. Compete, pois, aos relatórios sectoriais das unidades orgânicas promover a discriminação do muito que têm realizado. Assim, o presente relatório pretende apenas apresentar, de forma sintética, os principais vectores de desenvolvimento da Universidade, quantificados na medida do possível por alguns indicadores de funcionamento.

1. CORPO DISCENTE

O número de vagas criadas para o concurso nacional de acesso de 1995 foi de 1 685, registando um acréscimo de 6.6% em relação às 1 580 vagas do ano anterior. Considerando as 225 vagas dos concursos locais para bachareis, o número de novos lugares cifrou-se em 1 910.

O aumento do *numerus clausus* e a entrada em funcionamento do curso de Economia e de um novo ano curricular em outros cursos a nível de Licenciatura motivaram, uma vez mais, um acréscimo significativo do corpo discente. Assim, a Universidade conta, presentemente, com 12 435 alunos, o que representa um aumento de 7.9% em relação ao ano transacto. A percentagem de estudantes do sexo feminino é de 57.6%.

Através dos regimes de transferências e mudanças de curso e dos regimes especiais de ingresso continuou a verificar-se uma grande procura pelos cursos da Universidade, tendo sido admitidos, por essa via, cerca de 600 alunos, tendo ficado ainda por admitir 850 candidatos aos referidos regimes.

Verificou-se um grande acréscimo no número de diplomas emitidos, tendo terminado os seus cursos, no ano findo, um total de 1 328 estudantes, assim distribuídos:

- 14 nos cursos de Bacharelato;
- 349 nos cursos de Engenharia (Inclui Informática de Gestão);

- 277 nos cursos de Licenciatura em Ensino;
- 51 nos restantes cursos de Ciências;
- 227 nos cursos de Relações Internacionais, Gestão, Administração e Sociologia;
- 226 em CESEs;
- 87 nos cursos de Especialização;
- 97 nos cursos de Mestrado.

Desde o seu início, a Universidade do Minho concedeu 6 105 diplomas de graduação e 488 de pós-graduação, assim distribuídos:

- 467 em Bacharelatos (formação de professores e educadores);
- 1 484 nos cursos de Engenharia (inclui Informática de Gestão);
- 2 456 nos cursos de Licenciatura em Ensino;
- 1 124 nos cursos de Relações Internacionais, Gestão, Administração e Sociologia;
- 160 nos restantes cursos de Ciências;
- 414 em CESEs;
- 183 nos cursos de Especialização;
- 305 graus de Mestre.

A adaptação dos regulamentos de funcionamento dos cursos a situações que, pela sua especificidade, o justificam, tem constituído sempre uma preocupação do Conselho Académico. Em 1995 deram-se alguns passos mais neste sentido, com a aprovação do Estatuto do Estudante Atleta da Universidade do Minho, adoptado em regime experimental, e do Estatuto Especial para Estudantes com Deficiências

Físicas ou Sensoriais, documentos estes que, por vários aspectos inovadores introduzidos, revelam uma particular atenção dos órgãos académicos às novas realidades do ensino superior.

Para além do registo quantitativo e dos aspectos regulamentares, importa salientar também a consciencialização crescente dos estudantes para os problemas de natureza pedagógica que urge analisar e procurar resolver. As reuniões de delegados, promovidas pela Associação Académica, têm revelado uma boa dinâmica de participação, sendo de registar a presença do Reitor, da Vice-Presidente do Conselho Académico e dos Presidentes dos Conselhos de Cursos em algumas dessas reuniões, correspondendo a convite formulado pelos delegados.

São ainda dignas de menção, a este respeito, a recente alteração dos Estatutos da Universidade, que passaram a contemplar a participação dos estudantes no Conselho Académico através de representantes directamente eleitos, e as Jornadas Pedagógicas organizadas pela Associação Académica, que proporcionaram uma boa mobilização dos estudantes para a discussão de um amplo leque de questões da maior importância para o funcionamento da Universidade.

O trabalho desenvolvido pela Associação Académica da Universidade do Minho merece, como habitualmente, uma nota especial, tanto pela dinamização das actividades pedagógicas, culturais, desportivas e de prestação de serviços aos estudantes como pela projecção que tem vindo a adquirir no plano nacional. O facto de o representante dos estudantes universitários no Conselho Nacional de Educação e de o Presidente da Federação Académica do Desporto Universitário serem alunos da Universidade do Minho traduz, na prática, o prestígio adquirido por esta academia.

Reconhecendo o valor desse trabalho, tem-se procurado, na medida das disponibilidades financeiras, apoiar as iniciativas da Associação Académica. A conclusão das obras de recuperação do edifício da antiga Escola do Magistério Primário de Guimarães para instalar a sede da Associação Académica nesse pólo da Universidade constituiu o principal investimento efectuado, proporcionando condições de operacionalidade e dignidade de funcionamento que se podem considerar modelares.

Têm-se incentivado, igualmente, outras organizações sectoriais de estudantes, tendo sido reforçadas em 1995 as verbas para visitas de estudo e outras actividades organizadas no âmbito dos cursos.

2. PESSOAL DOCENTE E INVESTIGADOR

O recrutamento e formação de pessoal docente continuaram a merecer cuidados especiais. Em termos de gestão de pessoal e de progressão na carreira, registam-se os seguintes aspectos:

- a) efectuou-se, como habitualmente, uma planificação rigorosa do número de docentes a contratar para cada área disciplinar, de que resultaram 67 vagas, preenchidas em cerca de 84%; parte dessas vagas correspondem à exoneração de docentes que deixaram a carreira ou solicitaram transferência, bem como de vagas não preenchidas do ano anterior;
- b) os efectivos de pessoal docente aumentaram em 5.6%, elevando-se a 872 elementos, equivalentes a 809 unidades em

Digitalizado por FCLB

tempo completo (considerando um monitor equivalente a 0.25 unidades em tempo completo), assim distribuídos:

- 680 docentes de carreira, dos quais 228 (33.5%) são doutorados;
 - 139 docentes convidados, correspondentes a 115 unidades em tempo completo, sendo 14 doutorados;
 - 53 monitores;
- c) não se contam na alínea anterior os quatro docentes requisitados que se dedicam exclusivamente à formação em exercício dos docentes dos ensinos básico e secundário;
 - d) conta-se ainda com a colaboração de 10 docentes de outras instituições, 7 dos quais doutorados, com serviço docente correspondente a 5.3 unidades em tempo completo; por sua vez, 9 docentes da Universidade do Minho, 7 dos quais são doutorados, estão em comissão de serviço, ou situação equivalente, em outras instituições, e 43 dos docentes em serviço efectivo prestam colaboração a outras instituições de ensino superior;
 - e) incentivou-se a formação e promoção científica do pessoal docente:
 - 134 docentes estão equiparados a bolseiro para preparação de provas (29.6% do pessoal docente não doutorado, de carreira);
 - 48 assistentes estagiários realizaram provas de aptidão pedagógica e capacidade científica ou obtiveram o grau de mestre; 4 assistentes convidados obtiveram o grau de mestre;
 - realizaram-se 16 provas de doutoramento e foram concluídos 14 processos de equivalência a grau de doutor obtido no estrangeiro;
 - realizaram-se 5 provas de agregação;
 - foram concedidas 10 licenças sabáticas;

3. PESSOAL NÃO DOCENTE

- foi disponibilizada a verba de 36 000 contos do orçamento de Estado para acções de formação e intercâmbio;
- foram providos 11 lugares de professor associado e 6 de professor catedrático.
- foram obtidas 79 bolsas de doutoramento pelo Programa PRODEP/Formação, que representam um financiamento adicional de cerca de meio milhão de contos no período de 1995 a 1998;

f) manteve-se uma estreita cooperação com outras Universidades na constituição de júris de provas académicas, tendo sido emitidos 127 pedidos de cooperação a outras instituições e autorizados 246 pedidos de cooperação de docentes da Universidade do Minho.

Em termos de rácios, e considerando unidades docentes equivalentes a tempo integral, apontam-se:

- 18.4 *discipulos/docente em serviço efectivo*;
- 15.4 *discipulos/docente*, considerando todo o corpo docente.

É de assinalar, como se referiu já, a recente ampliação do quadro de professores, que passou a integrar 96 lugares de Professor Catedrático e 192 lugares de Professor Associado. Foi recentemente estabelecido um modelo de afectação de lugares pelas Escolas, consensualmente aceite pelas respectivas Presidências, competindo agora aos órgãos das Escolas promover a sua distribuição pelos grupos disciplinares.

Os efectivos de pessoal não docente aumentaram apenas em 2.0%, tendo o número de funcionários com vínculo à função pública crescido 1.3%.

Dos 559 funcionários em serviço, 379 têm vínculo à função pública pela Universidade do Minho, estando 368 integrados no quadro e 11 em regime de contrato administrativo de provimento. Os restantes correspondem às seguintes situações funcionais:

- 2 funcionários requisitados e 1 destacado de outras instituições, estando, por sua vez, 6 funcionários da Universidade na situação de requisitados ou destacados em outras instituições;
- 99 em regime de contrato de trabalho a termo certo ou de aquisição de serviços por receitas gerais da Universidade, a que acrescem 16 destacados pela TECMINHO;
- 62 em situação de vínculo precário por receitas de projectos específicos;

Apesar da saturação do quadro provisório, procurou-se, na medida do possível, melhorar a estabilidade do corpo dos funcionários. Assim:

- concluíram-se 13 concursos de acesso (promoção) e 13 concursos de ingresso, correspondentes, respectivamente, a 25 e 19 vagas;
- foram abertos 14 concursos de acesso (promoção), abrangendo 29 vagas;
- foram abertos 13 concursos de ingresso (novas admissões) respeitando a 13 vagas.

Uma verdadeira estabilização do corpo de funcionários passa, contudo, pela operacionalização de um quadro de pessoal convenientemente dimensionado. A este respeito, verificaram-se em 1995 dois factos de grande relevância, como se assinalou atrás:

- a) pela Portaria nº 968/95, de 9 de Agosto, foi finalmente aprovado o quadro de pessoal não docente da Universidade do Minho;
- b) o Despacho nº 83/95, de 23 de Outubro, da Ministra da Educação, homologou uma revisão dos Estatutos da Universidade do Minho, mediante a qual é estabelecida a estrutura orgânica dos Serviços da Universidade, sendo fixados os correspondentes lugares da carreira dirigente e de chefia.

A Universidade ficou assim dotada de dois instrumentos fundamentais para a gestão do seu pessoal, pesem embora duas contrariedades:

- (i) não foi publicado o diploma legal que há-de estabelecer as normas de provimento do actual pessoal no quadro, pelo que, passado meio ano, o quadro aprovado não se encontra ainda operacional;
- (ii) apesar de todos os esforços desenvolvidos pelo Ministério da Educação, o número de lugares aprovados pelo Ministério das Finanças e contemplados no quadro são de tal modo insuficientes, em especial a nível de lugares de ingresso, que a maioria do pessoal que presentemente se encontra ao serviço com vínculo precário não tem possibilidades de ingresso a curto prazo no quadro.

Espera-se que estas dificuldades possam ser vencidas em breve, sendo de registar os sinais positivos que a actual equipa governamental deu já sobre esta matéria.

4. CURSOS

Na sequência das linhas orientadoras aprovadas pelo Senado Universitário, que foram explicitadas no relatório do ano anterior, desenvolveu-se um importante trabalho de acompanhamento, adaptação e renovação dos projectos de ensino, de que resultaram, nomeadamente:

- a) o início de funcionamento de dois novos cursos de graduação:
 - Licenciatura em Economia;
 - Licenciatura em História;
- b) estudos conducentes à aprovação, a curto prazo, dos cursos de Musicologia e de Arquitectura;
- c) a criação dos seguintes novos cursos:
 - Licenciatura em Biologia Aplicada;
 - Licenciatura em Geografia e Planeamento;
 - Licenciatura em História;
 - Mestrado em Contabilidade e Auditoria;
 - Mestrado em Educação — Áreas de Especialização em:
 - Supervisão Pedagógica em Ensino de Português;
 - Supervisão Pedagógica em Ensino da Física/Química;
 - Supervisão Pedagógica em Ensino das Ciências da Natureza;
 - Supervisão Pedagógica em Ensino da Matemática;

- Mestrado em Filosofia em Portugal e Cultura Portuguesa;
 - Mestrado em Gestão dos Recursos Humanos;
 - Mestrado em Psicologia — Áreas de Especialização em:
 - Psicologia Clínica;
 - Psicologia da Educação Especial;
 - Psicologia da Justiça;
 - Psicologia da Saúde;
 - Psicologia das Organizações;
 - Psicologia Escolar;
 - Mestrado em Relações Económicas e Sociais Internacionais;
 - Mestrado em Teoria da Literatura e Literatura Portuguesa;
 - Especialização em Matemática;
 - Especialização em Tecnologia do Ambiente;
- d) a reestruturação dos cursos de:
- Licenciatura em Engenharia Biológica;
 - Licenciatura em Engenharia de Polímeros
 - Licenciatura em Engenharia de Sistemas e Informática
 - Licenciatura em Ensino de História e Ciências Sociais;
 - Licenciatura em Matemática e Ciências da Computação;

- Mestrado em Antropologia;
- Mestrado em Arqueologia;
- Mestrado em Matemática — Área de Especialização em Ensino;
- Mestrado em Psicologia — Área de Especialização em Psicologia Desportiva;
- Mestrado em Tecnologia do Ambiente.

Deu-se sequência, em 1995, à avaliação sistemática do ensino ministrado, baseada em questionário respondido pelos alunos no âmbito das disciplinas que frequentam e em relação a todos os seus docentes. Pretende-se, através desse processo, avaliar o ensino nas suas vertentes lectiva, da atitude do estudante perante as actividades escolares e da adequação dos aspectos organizativos e infraestruturais de suporte ao ensino. Simultaneamente, procedeu-se a um levantamento estatístico do aproveitamento escolar, efectuado pelo docente de forma sistemática, complementado, quando necessário, por uma reflexão aprofundada tendo em vista a procura de soluções que contribuam para um melhor rendimento escolar.

A criação de incentivos aos estudantes para um melhor aproveitamento escolar, preconizada desde há algum tempo, foi iniciada no ano findo através da atribuição do Prémio de Mérito Escolar aos estudantes que haviam transitado de ano com média não inferior a 14,0 valores e sem disciplinas em atraso. Foram contemplados 770 alunos, com referência aos anos de 1992/93 e 1993/94, sendo a correspondente despesa, de valor superior a vinte e dois mil contos, suportada pelas receitas das propinas.

5. INVESTIGAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

O crescimento do corpo docente, o investimento feito na sua formação e a captação de receitas significativas para as actividades de investigação e desenvolvimento têm contribuído para uma melhoria qualitativa e quantitativa da produção científica da Universidade do Minho.

Na sequência da reestruturação dos Centros e Institutos de Investigação a que se procedeu no ano anterior, procurou-se dotar a investigação com os recursos financeiros necessários para garantir a todos os docentes o exercício do direito e do dever de praticar a investigação. Na candidatura ao concurso da JNICT para o financiamento plurianual das estruturas de investigação, os Centros da Universidade do Minho obtiveram um financiamento de 95 936 contos. A Universidade contribuiu também para as despesas básicas de funcionamento dos Centros, com uma verba de 120 700 contos saída do seu próprio orçamento.

Os investimentos feitos em infraestruturas de investigação, nomeadamente através dos Programas CIÊNCIA e PRAXIS, justificam a procura intensiva de fontes complementares para o financiamento da investigação e do ensino especializado. Os resultados obtidos em 1995 continuam a ser encorajadores, com a mobilização de mais de 540 000 contos para financiamento de projectos de investigação e de formação especializada. É de registar, em particular, que foram atribuídas à Universidade 100 bolsas de doutoramento e 110 bolsas de mestrado no conjunto dos programas PRODEP, PRAXIS e da JNICT.

Também a extensão universitária constitui vertente privilegiada na Universidade do Minho. Assim, foram assinados 30 novos protocolos

ou acordos com entidades exteriores, com vista à concretização de acções múltiplas de cooperação, consultadoria, apoio técnico e criação de instituições de *interface* Universidade-Empresa, a acrescentar aos anteriormente existentes.

As actividades de extensão universitária devem ser tendencialmente autofinanciáveis. Por conseguinte, os acordos firmados quase sempre incluem contrapartidas para a Universidade do Minho. No âmbito da prestação de serviços especializados, estiveram activos em 1995 um total de 73 contratos, cuja execução movimentou uma verba de cerca de 264 000 contos, dos quais 22 100 reverteram para receitas próprias da Universidade.

Foram ainda estabelecidos 67 novos contratos com a JNICT, o Programa PRAXIS, a União Europeia e diversas empresas, relativos a I&D e a Mobilidade Académica.

A questão da ligação da Universidade ao exterior e da captação de receitas próprias, designadamente a intervenção da instituição nos programas comunitários, tem merecido um acompanhamento muito especial por parte do respectivo pelouro específico a nível da equipa reitoral. A matéria é objecto de um relatório próprio, a ser publicado separadamente, onde se descrevem, em detalhe, as acções desenvolvidas com o apoio institucional, bem como os financiamentos inerentes a cada uma.

6. UNIDADES ORGÂNICAS

Compete às Unidades Orgânicas apresentar os respectivos relatórios de actividades. Assim, referencia-se apenas o papel

fundamental que dada uma delas, em interligação com as demais, desempenha na prossecução dos objectivos e missão da Universidade.

As Escolas, através da actuação dos Departamentos e da acção de coordenação interdepartamental, têm como função principal assegurar o ensino, a investigação e a extensão universitária no respectivo âmbito científico. Tem-se procurado reforçar a capacidade de intervenção das Escolas, nomeadamente através de uma descentralização administrativa eficaz e responsabilizante, pelo que foram alargadas as delegações de competências nos seus Presidentes. Têm aumentado também os recursos financeiros geridos directamente pelas Escolas, que totalizaram em 1995 cerca de 653 000 contos para despesas de funcionamento cobertas pelas dotações do Estado, nas quais se não incluem encargos com electricidade, água ou manutenção das instalações, para além das receitas próprias provenientes de projectos específicos.

Em termos de adaptação da estrutura orgânica da Universidade a novos domínios científicos, salientam-se a criação do Departamento Autónomo de Direito — como primeiro passo para a futura Escola de Direito — e os estudos que conduziram à recente criação do Instituto de Estudos da Criança em substituição do Centro de Formação de Professores e Educadores de Infância.

As Unidades de Apoio continuaram a desenvolver, com eficácia e empenhamento, a sua função de apoio técnico e administrativo às actividades da Universidade. A operacionalização do novo quadro de pessoal não docente, que se espera para breve, resolverá alguns dos problemas com que estas Unidades se debatem, em especial no que respeita às chefias.

Salienta-se, a terminar, a importante missão desempenhada pelas Unidades Culturais na sua relação com a Universidade e com a comunidade, mediante acções de intervenção no âmbito do apoio técnico, da formação, da investigação e desenvolvimento e da animação cultural e artística. A aprovação pelo Senado, em Julho passado, de um projecto de criação de uma unidade cultural em Guimarães, com tipologia de museu interactivo, dedicada à figura de D. Afonso Henriques representa um passo importante para levar ao pólo de Guimarães a referida dinâmica de intervenção cultural da Universidade.

7. SERVIÇOS DE ACÇÃO SOCIAL

Os Serviços de Acção Social constituem uma unidade orgânica da Universidade do Minho, dotada de autonomia administrativa e financeira e de orçamento autónomo.

A melhoria e aperfeiçoamento do apoio prestado aos estudantes continuou a ser uma preocupação constante dos Serviços, por forma a corresponder ao acréscimo de solicitações resultantes da expansão da Universidade. A aplicação integral da receita das propinas em infraestruturas de acção social, associada às dotações acrescidas por parte do Estado, permitiu avanços significativos nesse domínio, de que se salientam:

- a conclusão do Restaurante Universitário do pólo de Guimarães, que dispõe de cantina, grill e bar, cuja construção foi participada em cerca de metade pelas receitas das propinas;
- a remodelação da cantina de Santa Tecla, em Braga;

- a conclusão de um novo bloco residencial em Santa Tecla, com 130 lugares;
- o início da construção do Bloco III do complexo residencial de Guimarães, com capacidade para 158 alunos;
- o início da construção do complexo residencial de Lamações, no pólo de Braga, com capacidade para 389 camas, o qual é compartilhado pelo FEDER;
- a aprovação da candidatura ao PRODEP para construção do Restaurante Universitário do Campus de Gualtar, cujo projecto vai ser elaborado no corrente ano;
- a conclusão da recuperação da antiga Escola do Magistério de Guimarães, com custos de construção e equipamentos superiores a 100 000 contos suportados pelas receitas das propinas.

Em termos de indicadores de funcionamento, e antecipando dados que vão ser detalhados no relatório de actividades que os Serviços de Acção Social, como habitualmente, vão publicar, registou-se uma despesa global de 1 750 062 contos, correspondendo 64% a despesas correntes e 36% a despesas de investimento, com a seguinte distribuição percentual no que se refere às despesas correntes:

• subsídios a estudantes	41.6%
• encargos com pessoal	19.5%
• géneros para bares e cantinas	19.3%
• alojamento	8.9%
• prémios e devolução de propinas	3.6%
• outras despesas de funcionamento	7.1%

As receitas próprias captadas pelos Serviços totalizaram 403 630 contos, o que representa 36.0% do orçamento de funcionamento (excluindo o investimento) e 56.0% das dotações do Estado, às quais há a acrescentar 246 692 contos provenientes da cobrança de propinas. Sectorialmente, as receitas cobradas cobriram os encargos de funcionamento das cantinas em 52%, dos bares em quase 100% e do alojamento em cerca de 71%.

Apesar do orçamento da despesa global ter verificado um aumento de 42.2% e de as receitas dos serviços prestados crescerem 15.7%, os encargos com pessoal aumentaram em 21.0%, o que traduz um bom equilíbrio de gestão por parte dos Serviços. Nos encargos com pessoal estão incluídos os pagamentos relativos a trabalho prestado por estudantes nas cantinas, bares e serviços de apoio administrativo (8 731 contos).

A percentagem da despesa dedicada ao investimento é a melhor de sempre nos Serviços, o que se deve a um aumento substancial das dotações do PIDDAC, que em 1995 se cifraram em 400 087 contos, e ao facto de as receitas das propinas estarem a ser aplicadas em infraestruturas de apoio social. Esta disponibilidade de receitas próprias permitiu, por exemplo, uma qualidade de construção e uma funcionalidade no Restaurante Universitário de Guimarães que não teriam sido possíveis apenas com as dotações do PIDDAC.

É de salientar ainda o esforço feito no âmbito do apoio ao desporto universitário. A criação da Divisão de Desporto e Cultura na estrutura orgânica dos Serviços e a contratação de um Técnico de Desporto permitem potenciar a utilização do Pavilhão Polivalente, cuja gestão vai ficar a cargo dos Serviços de Acção Social. O trabalho já feito, nomeadamente no apoio financeiro para pagamento de técnicos e para o aluguer de instalações, está a dar frutos, como se pode depreender pelo facto de a equipa de Futebol de Cinco da Universidade do Minho

se ter sagrado Campea Nacional Universitária em 1995 e de ter sido aprovada a candidatura para a organização nesta Universidade do Campeonato Mundial Universitário de Futebol de Cinco em 1988.

8. INSTALAÇÕES

A apreciação global das actividades do Gabinete das Instalações Definitivas permite concluir que o ano de 1995 se caracterizou simultaneamente por um ritmo elevado de conclusão de obras e pelo início de novos grandes empreendimentos, para além de um trabalho importante de preparação de futuras obras.

É de realçar a conclusão dos três maiores empreendimentos em curso por gestão directa das obras, por recurso à figura de posse administrativa ditada por dificuldades técnico-financeiras das empresas adjudicatárias.

No Campus de Gualtar salientam-se os seguintes avanços:

- completou-se o equipamento do Complexo Pedagógico II, que se encontra em funcionamento pleno;
- concluiu-se a 2ª fase da construção do Pavilhão Desportivo Polivalente, foi lançada, adjudicada e concluída a empreitada para o fornecimento e assentamento de pavimentos do Pavilhão e lançou-se ainda a empreitada para o fornecimento e instalação dos respectivos equipamentos;
- iniciou-se a execução da empreitada de construção do novo edifício da Escola de Engenharia;

Digitalizado por FCLB

- iniciou-se a execução da empreitada de construção do edifício da Escola de Economia e Gestão;
- concluiu-se a remodelação do Pavilhão dos Serviços Técnicos;
- tendo em vista a melhoria das condições ambientais, foram concluídas as empreitadas para fornecimento e instalação de novos compressores e termóstatos e de um grupo electrogéneo de emergência na Central Térmica.

Foi ainda lançado o concurso para a execução da empreitada de construção do novo pólo da Biblioteca Pública de Braga, por reconstrução do edifício do antigo Albergue Distrital.

A preparação de novos projectos, na sequência da aprovação dos planos de desenvolvimento da Universidade do Minho até 1999, constituiu uma das principais preocupações. Assim:

- foi lançado concurso limitado por prévia qualificação para a elaboração dos projectos do edifício de Ciências de Educação e de um novo edifício para a Escolas de Engenharia, em Braga, e dos edifícios para as Ciências Sociais e a Arquitectura e um novo edifício para a Engenharia, no pólo de Guimarães;
- foi aprovado o programa preliminar para o Plano Geral do Campus de Gualtar e iniciou-se a elaboração do respectivo plano de pormenor;
- iniciou-se a elaboração do Plano Geral do Campus de Azurém;
- foi elaborado um estudo de solução arquitectónica de intervenção no Largo do Paço.

O ritmo elevado de preparação de obras levanta alguns problemas críticos de aquisição de terrenos, cujas negociações se têm revelado muito difíceis. Estão, conseqüentemente, a ser desencadeados processos de posse administrativa de terrenos, questão esta que vai merecer tratamento prioritário no corrente ano.

9. ORÇAMENTO

O orçamento da Universidade do Minho em 1995 atingiu o valor global de 5 944 740 contos em termos da dotação do Estado, obtido a partir das seguintes componentes:

- uma dotação inicial de 5 650 481 contos;
- dotações adicionais, no valor de 176 400 contos, correspondentes aos encargos com os aumentos de vencimentos na função pública;
- dotação de 7 530 contos para encargos de pessoal investigador do ex-INIC, integrado na Universidade;
- dotação de 20 180 contos para a profissionalização em serviço;
- dotação de 90 149 contos pela medida do PRODEP/Qualidade, parcela esta que constitui parte integrante do plafond orçamental determinado pela fórmula de financiamento.

À dotação do Estado acresce a verba de 184 376 contos inscrita em contas de ordem, perfazendo a dotação global do OE de 6 129 116

Digitalizado por FCLB

contos. Não se incluem nestes números as contas de ordem dos projectos a que se refere o ponto 5 do relatório, excepto no que respeita aos overheads institucionais.

A nível do PIDDAC, a dotação corrigida foi de 664 556 contos, a que acresce um saldo de 1994 de 521 115 contos, transitando por sua vez para 1996 um saldo de 751 870 contos resultante de atrasos em empreitadas cujos processos estão, entretanto, em curso, absorvendo a curto prazo o referido saldo.

O crescimento da dotação do Estado, que se cifrou em 10.5%, foi insuficiente para compensar a inflação e o crescimento de 11.7% em efectivos discentes. Conforme se documenta em quadro anexo, a dotação por aluno sofreu uma quebra de 6% em termos reais, o que corresponde a uma racionalização continuada de custos.

A gestão orçamental da Universidade continuou a reflectir uma acentuada descentralização nas unidades orgânicas. As verbas directamente geridas pelas unidades orgânicas (que não incluem despesas com pessoal, água, luz e manutenção das instalações) totalizaram cerca de 1 085 000 contos, traduzindo um crescimento de 16% em relação ao ano anterior.

Os índices de funcionamento registaram os valores a seguir indicados:

- no OE, as despesas de pessoal representaram 72.6%, as despesas de funcionamento 19.9% e as despesas de capital 7.5%;
- as despesas globais com pessoal, incluindo as aquisições de serviços, representam 74.0% do OE e 76.3% das dotações do Estado;

- considerando o orçamento global da Universidade (OE + PIDDAC incluindo o PRODEP), a componente de investimento representa 17.0%.

O volume global de financiamentos obtidos pelos programas comunitários, conjuntamente com outros financiamentos captados para a investigação e com as receitas provenientes da prestação de serviços, representam 19.8% da dotação OE+PIDDAC da instituição atribuída pelo Estado.

NOTA DE FECHO

Os indicadores e observações apresentados no relatório permitem formular uma ideia sobre a forma como a Universidade do Minho se está a desenvolver, perspectivando as suas potencialidades e as suas limitações.

A Universidade foi recentemente dotada de alguns instrumentos fundamentais para a sua consolidação, nomeadamente no que respeita aos quadros de pessoal, o que faz antever uma motivação reforçada por parte de todos os elementos que a integram. As condições de funcionamento, que têm vindo progressivamente a melhorar, contribuirão também para uma vivência mais agradável nos *Campus* e reflectir-se-ão numa melhor eficácia e produtividade científica e pedagógica.

A Universidade do Minho está, pois, preparada para continuar a responder aos desafios que se colocam, pautando-se como instituição vocacionada para bem servir a Comunidade.

Universidade do Minho, 17 de Fevereiro de 1996.

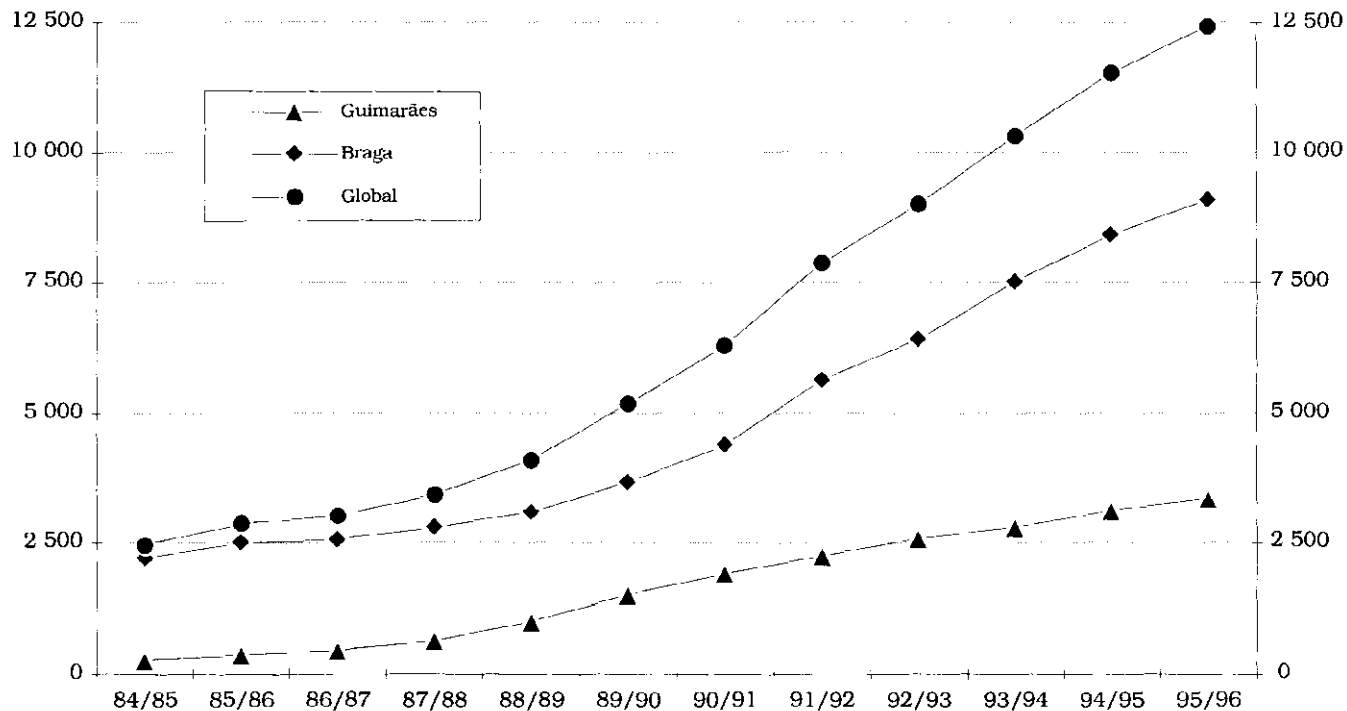
Sic'p. Inês de Sá

ANEXO I

EVOLUÇÃO DO CORPO DISCENTE

EVOLUÇÃO DO CORPO DISCENTE

alunos



NÚMERO DE ALUNOS POR PÓLO E Nº DE LICENCIADOS

Ano	Braga	Guimarães	Total	N. Clausus	Diplomados*
<1984/85					575
1984/85	2 191	257	2 448	390	224
1985/86	2 504	359	2 863	414	231
1986/87	2 569	463	3 032	467	258
1987/88	2 798	648	3 446	619	302
1988/89	3 094	1 012	4 106	749	271
1989/90	3 665	1 503	5 168	1 040	339
1990/91	4 384	1 900	6 284	1 130	448
1991/92	5 636	2 246	7 882	1 450	580
1992/93	6 421	2 587	9 008	1 375	844
1993/94	7 524	2 797	10 321	1 799	889
1994/95	8 418	3 107	11 525	1 730	1 144
1995/96	9 098	3 337	12 435	1 910	

* - Não inclui os diplomas de pós-graduação.

ANEXO II

EVOLUÇÃO ORÇAMENTAL

1985 — 1995

UNIVERSIDADE DO MINHO - EVOLUÇÃO DA DOTAÇÃO POR ALUNO

Ano	Alunos (a)	O.E. (b) (contos)	Dot./aluno (contos)	Índices de custos			Orçamento corrigido		Dotação/aluno (corrigida) (Evolução percentual)	
				no ano (c)	específico (d)	acumul. (base-85)	(base-85)	(ano ant.)	(base-85)	(ref. ano ant.)
1985	2 448	630 795	258	22.6%			1.00		1.00	
1986	2 863	946 855	331	19.5%		19.5%	1.26	1.26	1.07	1.07
1987	3 032	1 221 300	403	14.2%	7.0%	44.8%	1.34	1.06	1.08	1.00
1988	3 446	1 523 283	442	9.5%	11.3%	75.0%	1.38	1.03	0.98	0.91
1989	4 106	2 001 828	488	10.0%	4.9%	101.0%	1.58	1.14	0.94	0.96
1990	5 168	2 795 560	541	13.0%		127.2%	1.95	1.24	0.92	0.98
1991	6 284	3 608 845	574	13.5%		157.8%	2.22	1.14	0.86	0.94
1992	7 882	4 683 178	594	10.0%		183.6%	2.62	1.18	0.81	0.94
1993	9 008	5 155 662	572	6.8%		202.9%	2.70	1.03	0.73	0.90
1994	10 321	5 571 920	540	3.8%		214.3%	2.81	1.04	0.67	0.91
1995	11 525	6 129 116	532	4.4%		228.0%	2.96	1.05	0.63	0.94

(a) - Correspondentes ao último trimestre do ano anterior.

(b) - Inclui receitas próprias

(c) - Índices oficiais de preços no consumidor.

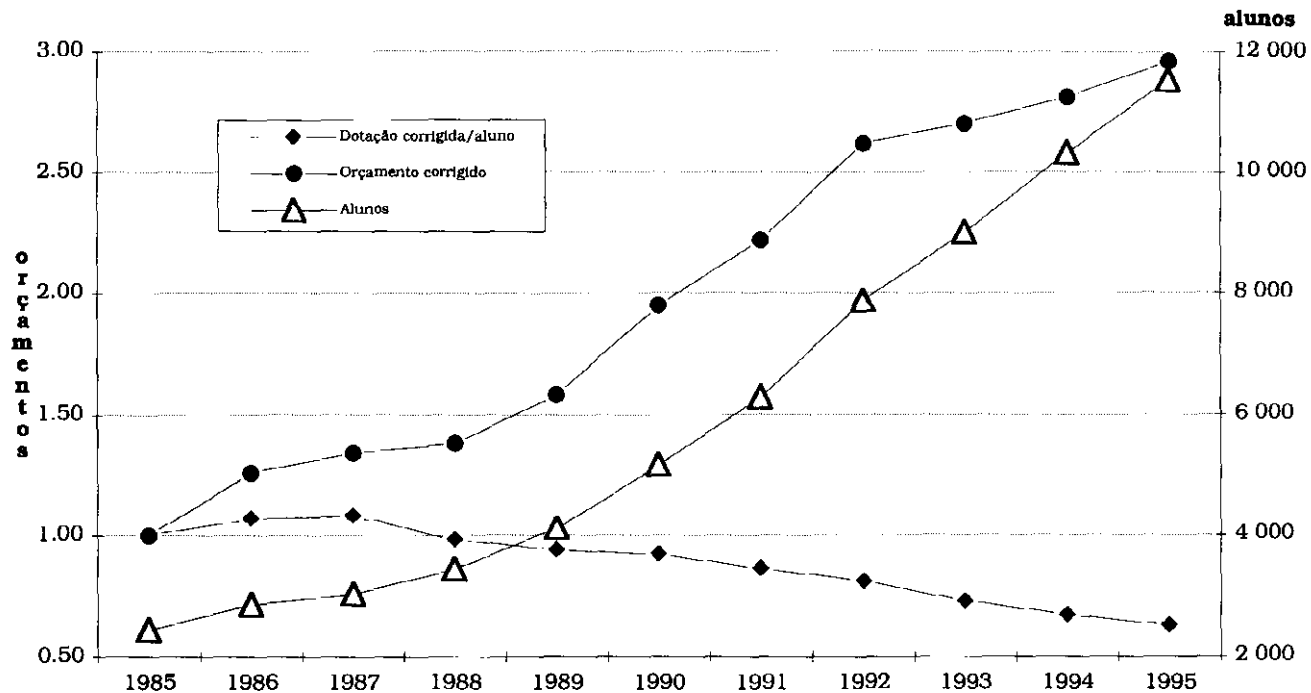
(d) - Efeito dos seguintes factores específicos, com incidência cumulativa nos encargos das Universidades:

- efeito da alteração das remunerações da carreira docente em 1987: 7 %
- efeito do I.P. em 1988: 11.3 %
- efeito do IRS em 1989: 4.9 %

EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DA U. M.

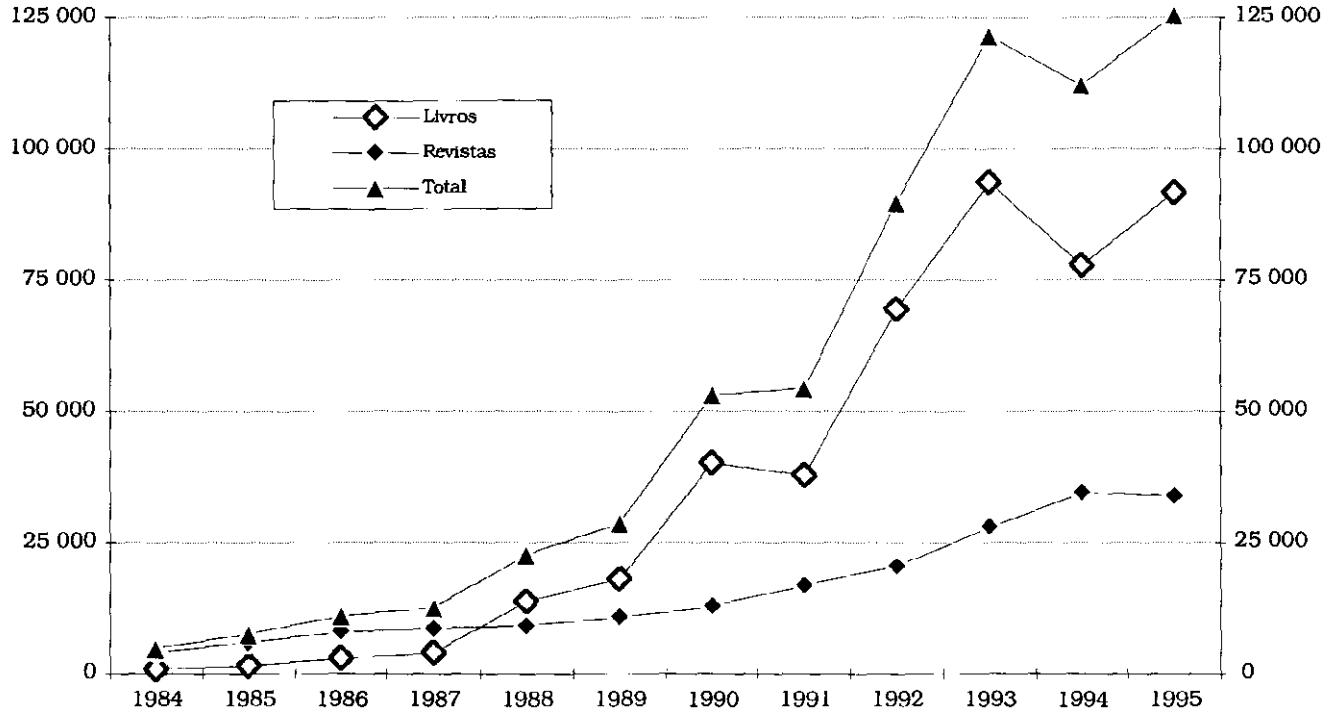
Ano fiscal	----- Orçamento ordinário -----							----- PIDDAC -----			DOTAÇÃO GLOBAL: OE + PIDDAC	Índice de investim. (capital) (%)
	----- Dotação do Estado -----							(inclui PRODEP)				
	----- Despesas correntes -----			Capital	Total	Rec. próp. (capital)	TOTAL	D. Corr.	Capital	Total		
Pessoal	Funcion.	Total										
1985	427 935 67.8 %	91 465 14.5 %	519 400 82.3 %	103 408 16.4 %	622 808	7 987 1.3 %	630 795	12 610	127 499	140 109	770 904	31.0 %
1986	596 904 63.0 %	232 757 24.6 %	829 661 87.6 %	98 194 10.4 %	927 855	19 000 2.0 %	946 855	43 100	366 888	409 988	1 356 843	35.7 %
1987	870 145 71.2 %	197 855 16.2 %	1 068 000 87.4 %	116 300 9.5 %	1 184 300	37 000 3.0 %	1 221 300	8 000	491 800	499 800	1 721 100	37.5 %
1988	1 125 879 73.9 %	273 154 17.9 %	1 399 033 91.8 %	94 250 6.2 %	1 493 283	30 000 2.0 %	1 523 283	10 650	814 037	824 687	2 347 970	40.0 %
1989	1 492 996 74.6 %	328 966 16.4 %	1 821 962 91.0 %	149 866 7.5 %	1 971 828	30 000 1.5 %	2 001 828	7 200	932 773	939 973	2 941 801	37.8 %
1990	1 929 194 69.0 %	644 067 23.0 %	2 573 261 92.0 %	156 800 5.6 %	2 730 061	65 499 2.4 %	2 795 560	12 500	669 500	682 000	3 477 560	25.6 %
1991	2 518 185 69.8 %	824 330 22.8 %	3 342 515 92.6 %	216 330 6.0 %	3 558 845	50 000 1.4 %	3 608 845	77 585	1 226 049	1 303 634	4 912 479	30.4 %
1992	3 126 085 66.8 %	1 155 887 24.7 %	4 281 972 91.4 %	318 000 6.8 %	4 599 972	83 206 1.8 %	4 683 178	60 325	1 961 655	2 021 980	6 705 158	35.2 %
1993	3 525 174 68.4 %	1 169 913 22.7 %	4 695 087 91.1 %	329 170 6.4 %	5 024 257	131 405 2.6 %	5 155 662	48 990	1 653 513	1 702 503	6 858 165	30.8 %
1994	3 911 797 70.2 %	1 215 123 21.8 %	5 126 920 92.0 %	360 000 6.5 %	5 486 920	85 000 1.6 %	5 571 920	28 241	1 010 684	1 038 925	6 610 845	22.0 %
1995	4 448 511 72.6 %	1 218 984 19.9 %	5 667 495 92.5 %	400 000 6.5 %	6 067 495	61 621 1.1 %	6 129 116	8 755	703 214	711 969	6 841 085	17.0 %

**EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO CORRIGIDO E DA DOTAÇÃO POR ALUNO
(BASE 1985)
EVOLUÇÃO DO N° DE ALUNOS**



BIBLIOGRAFIA

contos



ANEXO III

**INDICADORES DE CRESCIMENTO
1984/85 — 1995/96**

PESSOAL DOCENTE

Ano	Docentes (n° global)	Docentes Carreira	Convidados (ETI)	Monitores *	Total ETIs	Doutorados	Bolselros	ETIs em serviço	Alunos	Alunos/ /ETI	Alunos/ /ETI-serv.
1984/85	313	261	22	23	289	66	37	252	2 448	8.5	9.7
1985/86	364	288	33	32	329	79	54	275	2 863	8.7	10.4
1986/87	406	303	37	53	353	89	51	302	3 032	8.6	10.0
1987/88	414	311	41	52	365	93	69	296	3 446	9.4	11.6
1988/89	462	349	48	54	411	101	70	341	4 106	10.0	12.0
1989/90	487	364	70	42	445	117	74	371	5 168	11.6	13.9
1990/91	584	417	95	56	526	134	81	445	6 284	11.9	14.1
1991/92	671	471	119	66	606	154	84	522	7 882	13.0	15.1
1992/93	728	533	117	55	664	173	90	574	9 008	13.6	15.7
1993/94	756	592	117	24	715	196	92	623	10 321	14.4	16.6
1994/95	810	638	120	29	766	225	106	660	11 525	15.0	17.5
1995/96	872	680	115	53	809	242	134	675	12 435	15.4	18.4

* 1 monitor = 0.25 ETI

ALUNOS

Ano	Alunos	Cursos*	n.c.	Graduados*
1984/85	2 448	17	390	224
1985/86	2 863	17	414	231
1986/87	3 032	19	467	258
1987/88	3 446	23	664	302
1988/89	4 106	25	749	271
1989/90	5 168	28	1 040	339
1990/91	6 284	29	1 130	448
1991/92	7 882	40	1 450	580
1992/93	9 008	41	1 375	844
1993/94	10 321	47	1 799	889
1994/95	11 525	48	1 730	1 144
1995/96	12 435	48	1 910	

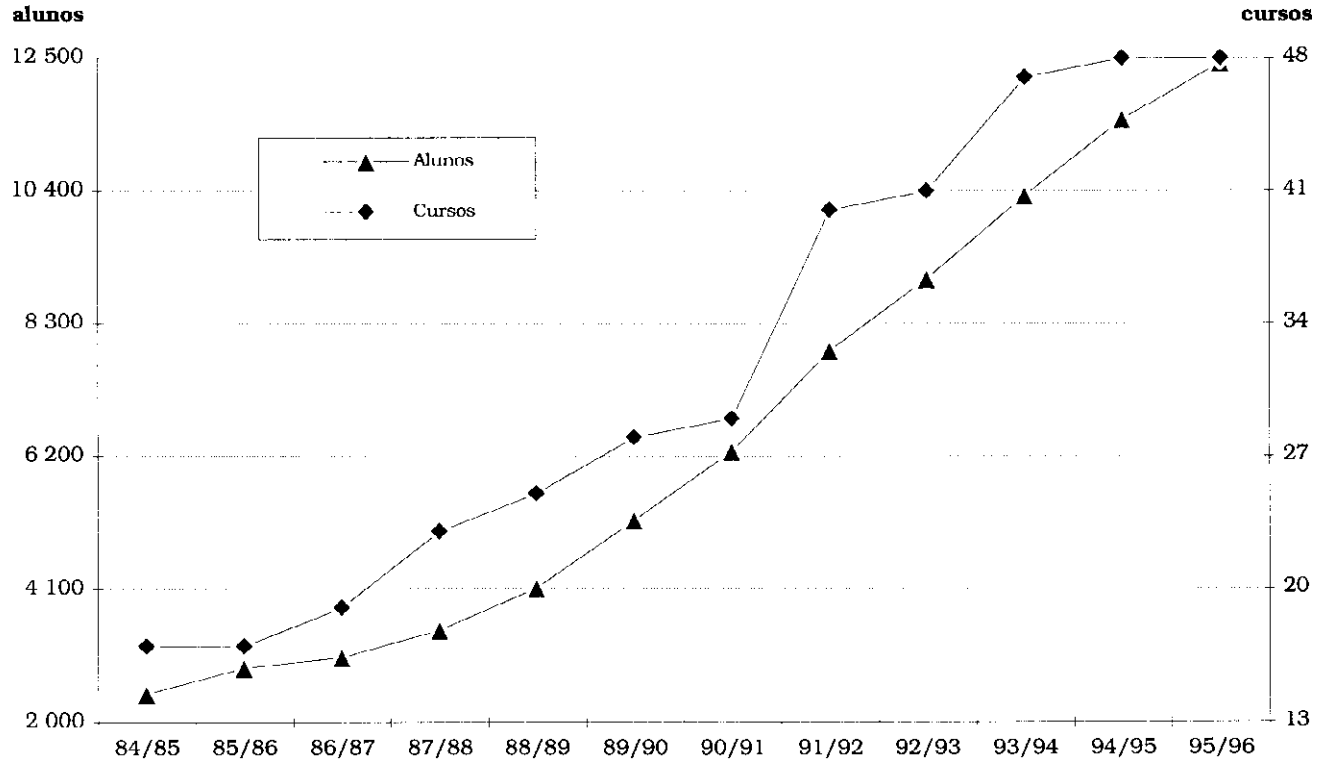
* - não inclui pós-graduação

PESSOAL NÃO DOCENTE

Ano	Pessoal com vínculo à U. M.	Pessoal destacado/ requisitado*	Pessoal a termo certo ou em aquisição de serviços	Total de unidades
1984/85	239	8	70	317
1985/86	301	8	30	339
1986/87	301	2	63	366
1987/88	292	4	88	384
1988/89	326	1	59	386
1989/90	333	1	68	402
1990/91	359	2	64	425
1991/92	375	2	86	463
1992/93	364	2	102	468
1993/94	361	-4	128	485
1994/95	374	3	171	548
1995/96	385	-3	177	559

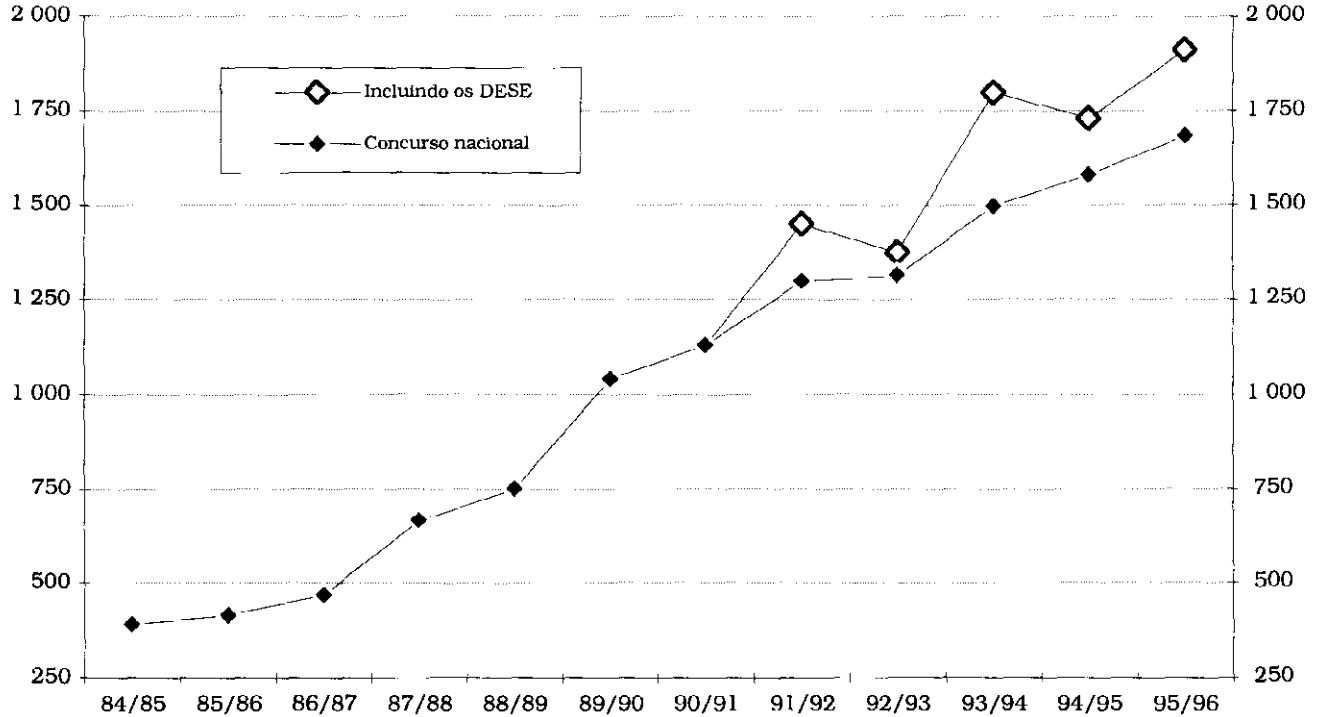
* - saldo.

ALUNOS E CURSOS

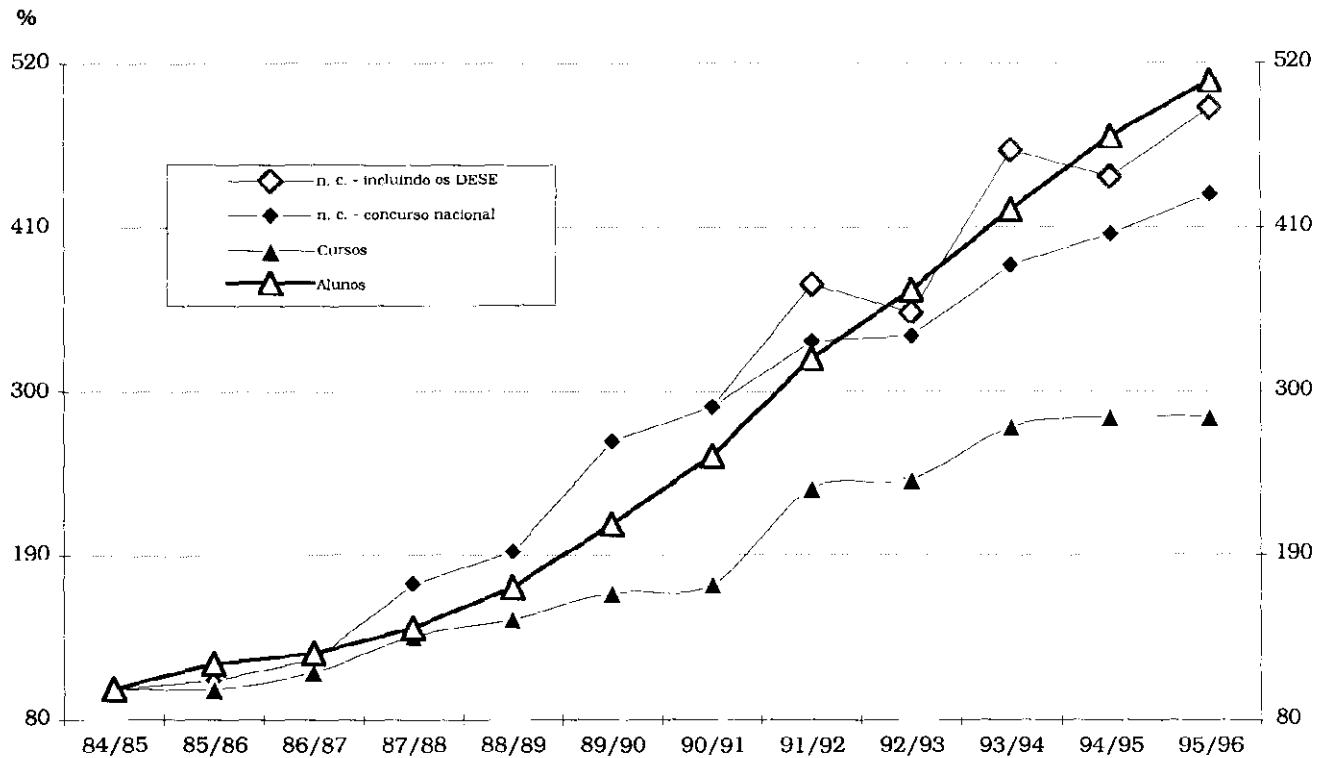


NUMERUS CLAUSUS

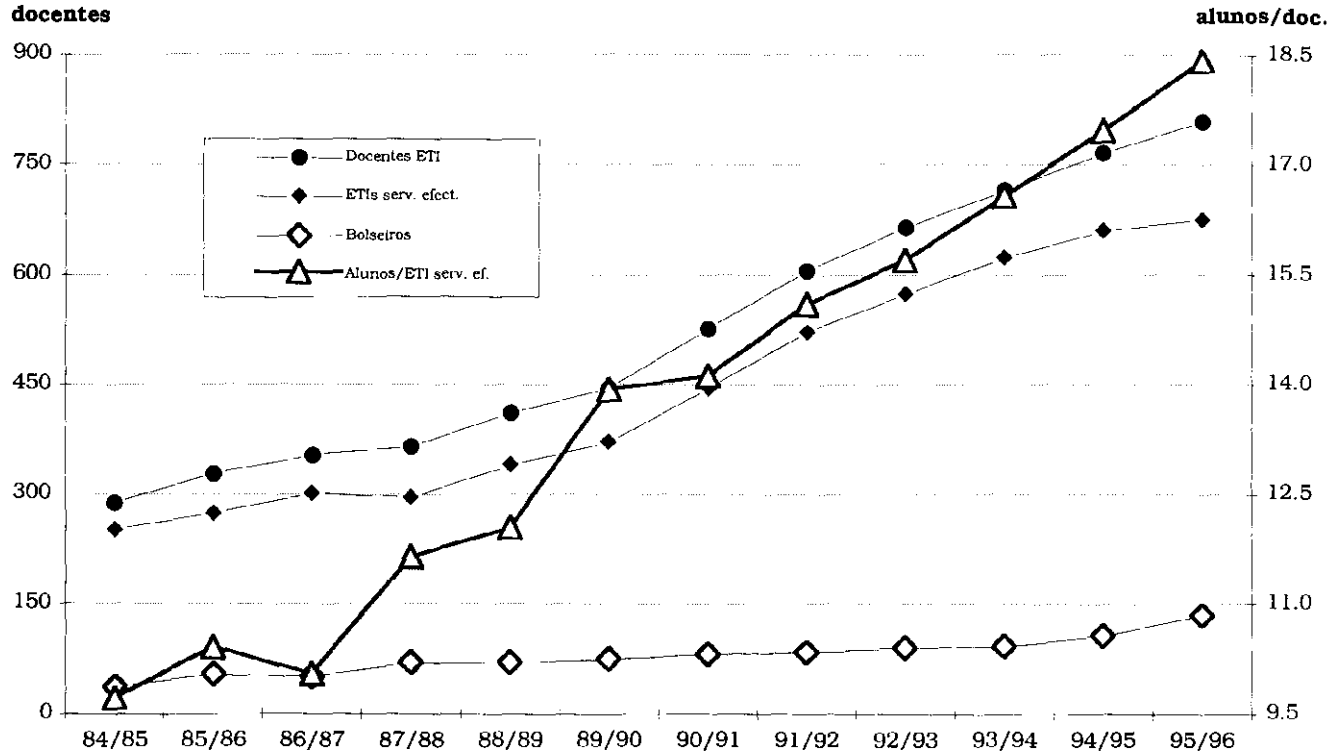
n. clausus



VARIAÇÃO PERCENTUAL (BASE 1984/85)

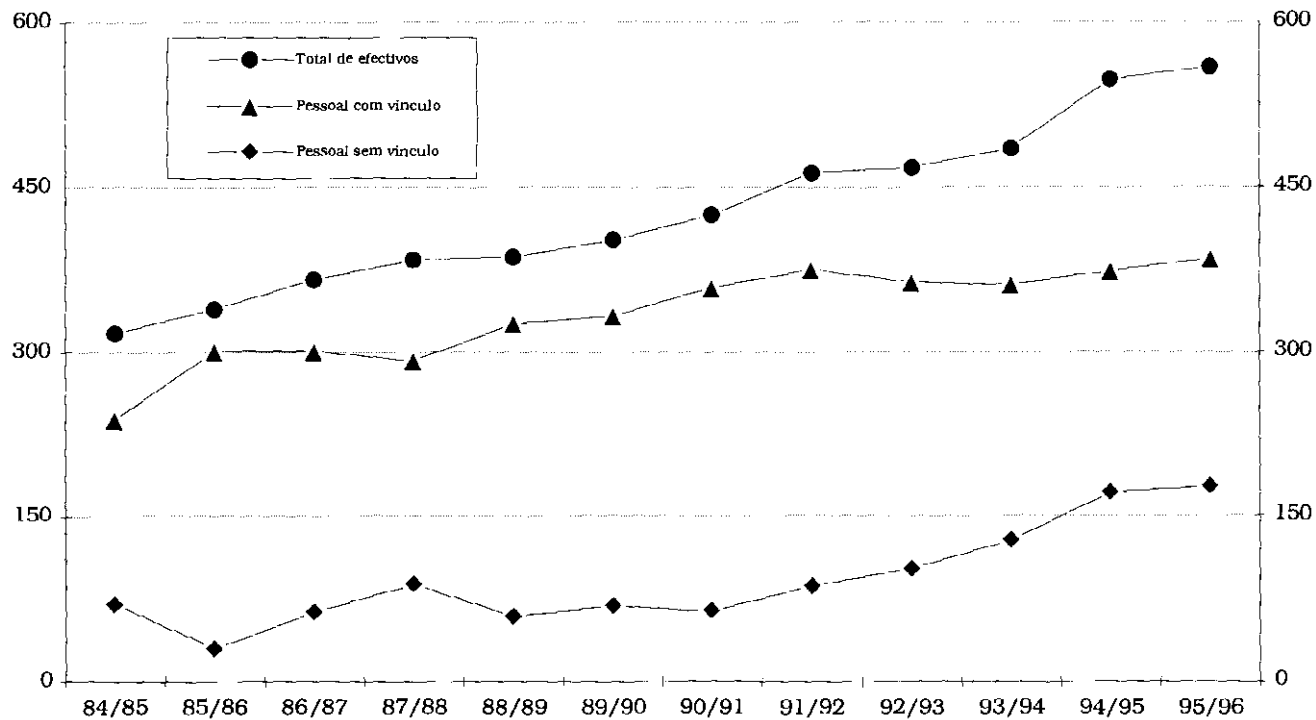


ALUNOS/DOCENTE



PESSOAL NÃO DOCENTE

funcionários



ANEXO IV

SERVIÇOS DE ACÇÃO SOCIAL
Indicadores de Funcionamento
1985 — 1995

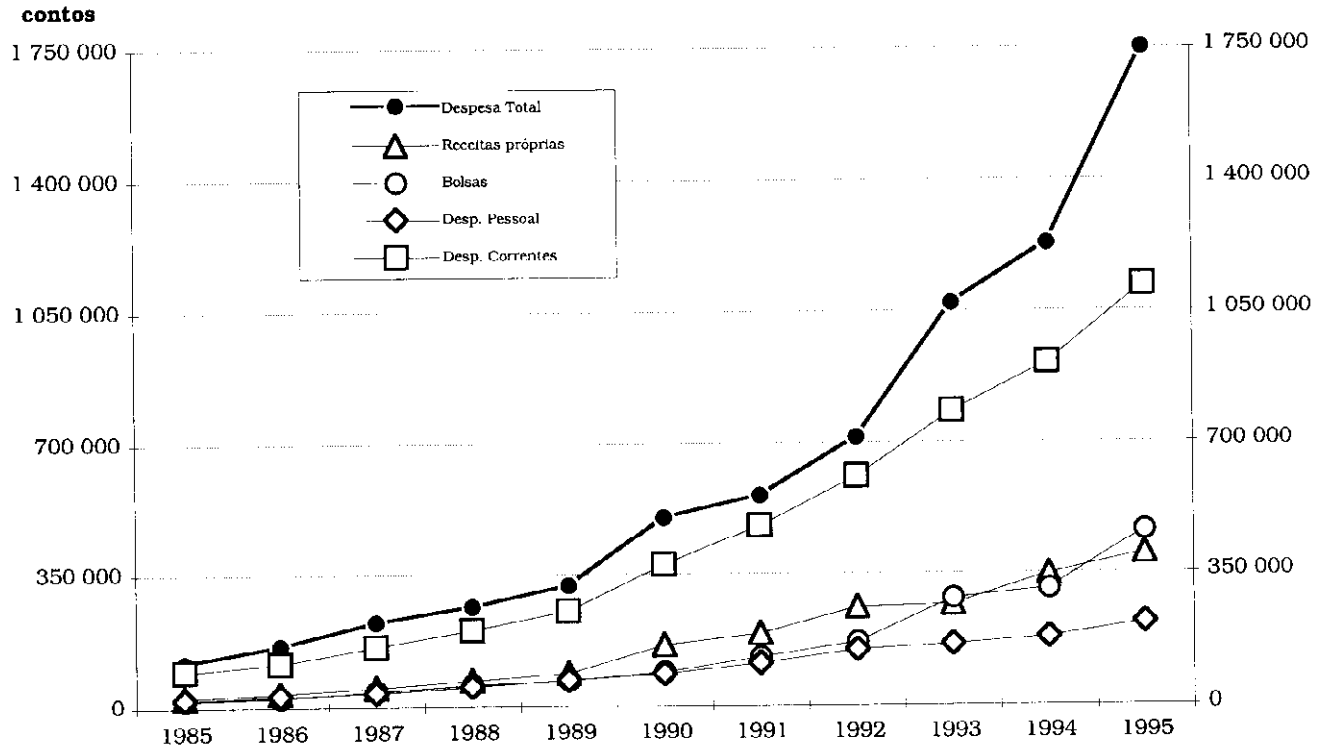
INDICADORES DE FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DE ACÇÃO SOCIAL

Ano	Alunos	DESPESA *			Receitas próprias* (contos) (% da desp. corrente)	Encargos sectoriais		Refeições servidas	Alunos alojados
		D. correntes (contos) (% total)	Capital (contos) (% total)	Total (contos)		Pessoal (contos) (% da despesa corrente)	Bolsas (contos) (% da despesa corrente)		
1985	2 448	93 701 79.9 %	23 589 20.1 %	117 290	25 000 26.7 %	20 597 22.0 %	18 927 20.2 %	226 400	172 7.0%
1986	2 863	115 860 72.3 %	44 408 27.7 %	160 268	36 057 31.1 %	29 919 25.8 %	26 150 22.6 %	280 780	172 6.0%
1987	3 032	158 918 70.9 %	65 381 29.1 %	224 299	50 121 31.5 %	36 251 22.8 %	41 786 26.3 %	302 147	279 9.2%
1988	3 446	203 672 77.1 %	60 362 22.9 %	264 034	69 335 34.0 %	53 308 26.2 %	58 245 28.6 %	350 713	279 8.1%
1989	4 106	254 127 79.6 %	64 967 20.4 %	319 094	88 189 34.7 %	68 530 27.0 %	69 373 27.3 %	370 500	385 9.4%
1990	5 168	375 820 74.9 %	125 888 25.1 %	501 708	162 281 43.2 %	84 697 22.5 %	89 542 23.8 %	450 000	385 7.4%
1991	6 284	479 795 85.6 %	80 882 14.4 %	560 677	190 853 39.8 %	112 187 23.4 %	129 318 27.0 %	552 000	489 7.8%
1992	7 882	610 428 85.6 %	102 580 14.4 %	713 008	259 565 42.5 %	148 259 24.3 %	168 308 27.6 %	650 000	489 6.2%
1993	9 008	783 955 73.1 %	287 809 26.9 %	1 071 764	267 638 34.1 %	161 683 20.6 %	262 874 36.1 %	660 000	610 6.8%
1994	10 321	911 726 74.1 %	318 755 25.9 %	1 230 481	348 733 38.2 %	180 671 19.8 %	307 406 33.7 %	700 000	773 7.5%
1995	11 525	1 119 806 64.0 %	630 256 36.0 %	1 750 062	403 630 36.0 %	218 594 19.5 %	465 364 41.6 %	705 000	906 7.9%

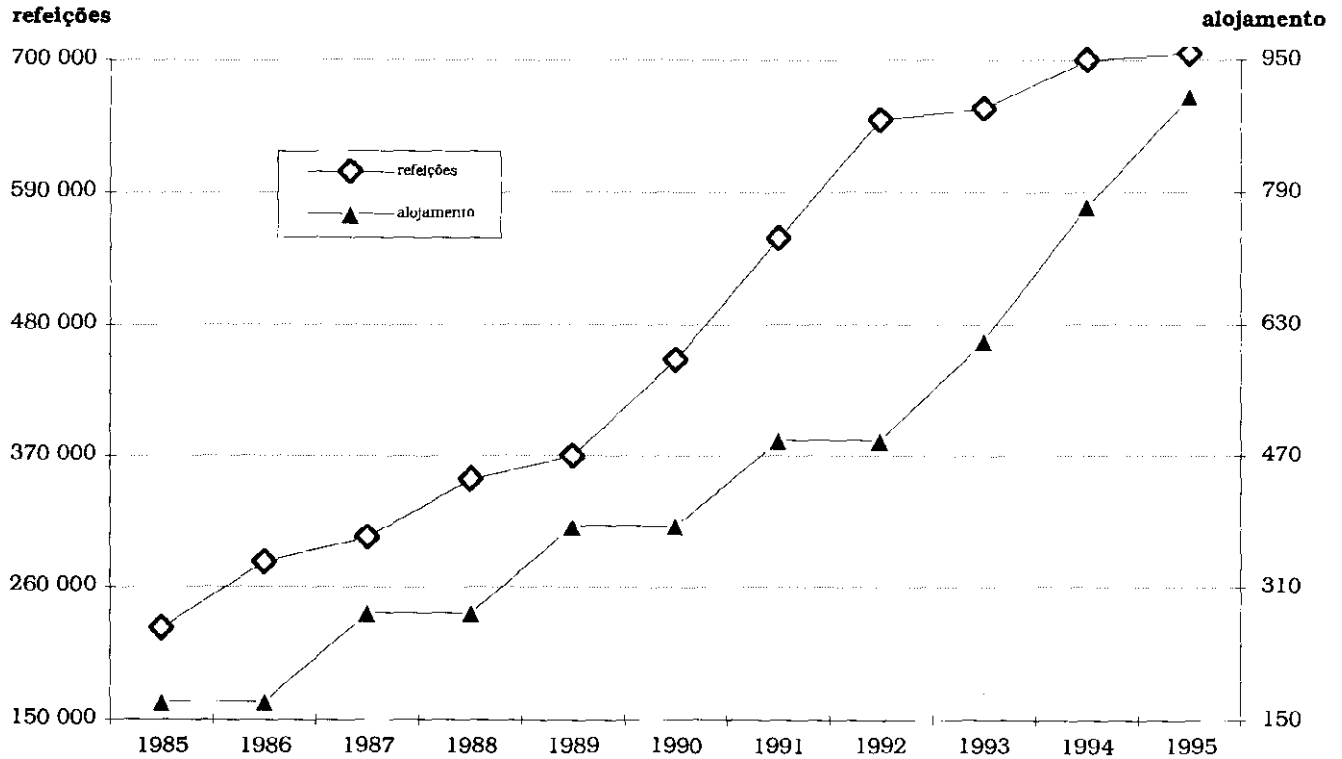
* - Não inclui as receitas de propinas.

** - Inclui as verbas de propinas, a partir de 1993.

ORÇAMENTO DOS SERVIÇOS DE ACÇÃO SOCIAL



SERVIÇOS DE ACÇÃO SOCIAL



INDICE

	Pág.
NOTA DE ABERTURA	3
1. CORPO DISCENTE	5
2. PESSOAL DOCENTE E INVESTIGADOR	8
3. PESSOAL NÃO DOCENTE	11
4. CURSOS	13
5. INVESTIGAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	16
6. UNIDADES ORGÂNICAS	17
7. SERVIÇOS DE ACÇÃO SOCIAL	19
8. INSTALAÇÕES	22
9. ORÇAMENTO	24
NOTA DE FECHO	27

	Pág.
ANEXO I EVOLUÇÃO DO CORPO DISCENTE	29
ANEXO II EVOLUÇÃO ORÇAMENTAL 1985 — 1995	35
ANEXO III INDICADORES DE CRESCIMENTO 1984/85 — 1995/96	45
ANEXO IV SERVIÇOS DE ACÇÃO SOCIAL Indicadores de Funcionamento 1985 — 1995	61